





INTERSECCIONALIDADE DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE NA UFBA

INTERSECTIONALITY OF GENDER, RACE, AND CLASS IN THE TRAINING OF HEALTH PROFESSIONALS AT UFBA

  Renata Meira Veras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.

  Ráren Paulo da Silva Araújo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil.

  Vitória Batista Passos Calmon, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil.

 **Revista
Práxis em Saúde**

Ano II | Volume II | n I | Florianópolis | 2024 | ISSN: 2966-1056
<https://doi.org/10.56579/prxis.v2i1.1806>

INTERSECCIONALIDADE DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE NA UFBA

INTERSECTIONALITY OF GENDER, RACE, AND CLASS IN THE TRAINING OF HEALTH PROFESSIONALS AT UFBA

Renata Meira Veras¹
Ráren Paulo da Silva Araújo²
Vitória Batista Passos Calmon³

Resumo: A formação em saúde no Brasil frequentemente ignora as desigualdades estruturais de gênero, raça e classe. A perspectiva interseccional, que considera essas múltiplas dimensões de desigualdade, é fundamental para preparar profissionais capazes de atuar com equidade. Analisar os currículos dos cursos de saúde da UFBA para avaliar a inclusão dos temas de gênero, raça e classe a partir de uma perspectiva interseccional e identificar possíveis lacunas na formação. Realizou-se uma análise documental qualitativa das ementas de 1.090 disciplinas obrigatórias de 22 cursos, classificadas em seis categorias temáticas pelo software IRAMUTEQ. A análise revelou que apenas 37 disciplinas abordam esses temas, com destaque para a ênfase parcial em gênero e classe no curso de Medicina e uma abordagem limitada da diversidade racial em Biotecnologia e Fisioterapia. Tais dados evidenciam a necessidade de reformas curriculares na UFBA para uma formação mais inclusiva e preparada para a realidade social brasileira.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Gênero; Raça; Classe Social; Ensino Superior.

Abstract: Health education in Brazil often overlooks the structural inequalities of gender, race, and class. The intersectional perspective, which considers these multiple dimensions of inequality, is essential for preparing professionals capable of acting with equity. This study analyzes the curricula of health courses at UFBA to evaluate the inclusion of gender, race, and class themes from an intersectional perspective and identify potential gaps in training. A qualitative documentary analysis of the syllabi of 1,090 mandatory subjects from 22 courses was conducted, categorized into six thematic categories using the IRAMUTEQ software. The analysis revealed that only 37 courses address these themes, with partial emphasis on gender and class in the Medicine program and a limited focus on racial diversity in Biotechnology and Physiotherapy. These findings highlight the need for curriculum reforms at UFBA to ensure more inclusive training that is better aligned with Brazilian social realities.

Keywords: Intersectionality; Gender; Race; Social Class; Higher Education.

¹ Doutorado em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orcid: 0000-0002-1681-1401. E-mail: renatameiraveras@gmail.com

² Mestrando pela Universidade Federal da Bahia. Orcid: 0009-0008-3469-916X. E-mail: rarenaraujo@live.com

³ Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade pela Universidade Federal da Bahia. Orcid: 0000-0002-2693-3517. E-mail: vitoria.calmon@ufba.br

INTRODUÇÃO

A educação, enquanto instituição social de amplo alcance e profunda influência, configura-se como um dos alicerces centrais da colonialidade do poder. Ao longo da história, evidenciou-se sua capacidade de moldar corpos, mentes e subjetividades em consonância com os interesses de projetos hegemônicos de poder. No Brasil, as primeiras instituições educacionais foram condicionais sob a égide de um projeto de nação que promoveu a destruição dos modos de existência, saberes e epistemologias de grupos não brancos, em especial os povos indígenas, enquanto exortava e perpetuava os valores, as práticas e os trajes eurocêntricos (QUIJANO, 2005). Essa estrutura educacional, alicerçada na hierarquização racial e cultural, não se restringiu ao passado; ao contrário, seus reflexos continuam a moldar as práticas e narrativas que sustentam o sistema educacional contemporâneo.

O impacto dessa herança histórica é ainda mais evidente no campo da formação em saúde, onde os desafios de superar desigualdades estruturais são especialmente acentuados. No contexto brasileiro, marcado por profundas disparidades sociais, os marcadores de gênero, raça e classe emergem como determinantes críticos da saúde das populações. Esses fatores influenciam não apenas o acesso aos serviços de saúde, mas também os perfis de adoecimento e mortalidade, evidenciando a urgência de que as instituições de ensino superior assumam um papel ativo como agentes de transformação social (SAVANI; GALVÃO, 2021).

Nesse sentido, as universidades têm a responsabilidade de alinhar suas práticas formativas às demandas de uma sociedade plural e desigual. Para tanto, deve atuar tanto na produção de conhecimento socialmente referenciado quanto na formação de profissionais capacitados para lidar com a diversidade e a desigualdade. A abordagem interseccional, tal como conceituada por Crenshaw (1989), surge como uma ferramenta analítica necessária para compreender como sistemas de opressão interligados – como racismo, patriarcado e desigualdades socioeconômicas – estruturam as condições de vida e saúde.

Os avanços no campo das políticas públicas brasileiras ilustram a relevância de iniciativas que visam mitigar as desigualdades históricas. Exemplos como as alterações na Lei nº 9.394/1996, que introduziram a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira no currículo oficial (Lei nº 10.639/2003) e, posteriormente, a inclusão da história e cultura indígena (Lei nº 11.645/2008) representam passos significativos nesse sentido. Além disso, a criação de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) voltadas à educação das relações étnico-raciais (Resolução CNE/CP Nº 01/2004) e à educação escolar indígena (Resolução CNE/CEB Nº 05/2012) demonstra o esforço contínuo para integrar essas temáticas nas instituições de ensino.

No âmbito das universidades, medidas como a Resolução nº 04/2023 da Universidade Federal da Bahia (UFBA) evidenciam o compromisso com uma formação mais sensível e inclusiva. Tal normativa estabelece a obrigação de incorporar a discussão sobre relações étnico-raciais, saúde ambiental e direitos humanos nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) de graduação, em conformidade com as diretrizes nacionais.

Nesse panorama, adotar a interseccionalidade como eixo estruturante da formação acadêmica em saúde não se limita à reflexão crítica sobre os determinantes sociais. Essa abordagem fornece uma base teórica e metodológica robusta para reavaliar currículos, identificando como a inclusão – ou omissão – de temas relacionados a gênero, raça e influência de classe a perpetuação das desigualdades estruturais. Além disso, fomenta práticas pedagógicas capazes de preparar profissionais para atuar com maior sensibilidade e eficácia no enfrentamento das disparidades sociais.

A formação pautada em pedagogia crítica e engajada, conforme proposta de hooks (2017), exige que as vivências e experiências dos sujeitos envolvidos no processo educativo sejam valorizadas como centrais para a construção de uma prática formativa transformadora. Assim, a crítica ao racismo, ao sexismo, ao elitismo e ao heterossexismo no ambiente acadêmico se torna uma dimensão necessária para o alcance de resultados educacionais mais justos e inclusivos (MOTA; VERAS, 2020).

Desse modo, ao incorporar a interseccionalidade de gênero, classe e raça, os futuros profissionais de saúde desenvolvem uma visão mais ampla sobre os determinantes sociais da saúde e as vulnerabilidades da população brasileira. Essa perspectiva enriquece a prática profissional e promove uma atuação mais justa e preparada para responder às necessidades de uma sociedade diversa e desigual. Assim, a questão central deste estudo é: como a Universidade Federal da Bahia (UFBA) aborda a interseccionalidade entre marcadores sociais de gênero, raça e classe nas ementas de seus cursos na área da saúde?

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo documental, de natureza exploratória e abordagem qualitativa, apresenta os resultados da análise de 1.090 componentes curriculares obrigatórios dos 22 cursos da área de Saúde da Universidade Federal da Bahia (UFBA) nos campi de Salvador e Vitória da Conquista. O objetivo principal foi identificar a interseccionalidade dos marcadores sociais de gênero, classe e raça nas ementas desses cursos. Dos componentes curriculares analisados, tais abordagens foram identificadas em apenas 37 ementas, correspondendo a 3,4% do total. Os documentos utilizados como fontes de dados estão disponíveis para consulta pública em sites oficiais das respectivas instituições.

Essas ementas foram identificadas a partir da abordagem direta ou indireta dos marcadores sociais. Uma abordagem direta refere-se à inclusão explícita de conteúdos relacionados às questões de gênero, classe e raça nas ementas das disciplinas. Por outro lado, a abordagem indireta sugere que esses temas sejam tratados de maneira tangencial, geralmente em discussões sobre determinantes sociais da saúde, políticas públicas ou em perspectivas interseccionais.

A análise documental constitui um tipo de estudo que tem como material primordial os documentos, cujas informações são organizadas e interpretadas de acordo com os objetivos da investigação (PIMENTEL, 2001). Kripka *et al.* (2015) complementam destacando que o principal desafio desse método está na capacidade do/a pesquisador/a de selecionar, tratar e interpretar a informação. Essa

interação com a fonte primária de dados é crucial para a obtenção de resultados significativos.

Sob essa perspectiva, buscou-se interpretar as principais questões referentes às questões étnico-raciais, de gênero e de classe presentes (ou ausentes) nos currículos implementados, com o suporte do software Iramuteq e com base em uma abordagem consistente teórica em torno da noção de interseccionalidade. O Iramuteq (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) é um software gratuito de código aberto, desenvolvido em Python e que utiliza o software R para realizar análises estatísticas de dados textuais (SALVATI, 2017). Ele permite desde análises estatísticas simples até análises multivariadas, como Estatísticas Textuais, Análise Fatorial de Correspondência (AFC), Classificação Hierárquica Descendente (CHD), Análise de Similitude e Nuvens de Palavras (SOUSA *et al.*, 2021; CAMARGO E JUSTO, 2013).

Neste estudo, optou-se pelo uso da CHD para sistematizar os resultados da análise documental. A CHD realiza uma análise lexical do corpus textual, separando-o em classes hierárquicas identificadas pelo vocabulário compartilhado entre segmentos de texto. Esse método facilita a compreensão do teor das classes pelo/a pesquisador/a (SOUSA *et al.*, 2021; KRIPKA, 2015; CAMARGO; JUSTO, 2013).

Os resultados dessa classificação são apresentados em formato de dendrograma, no qual as palavras mais representativas de cada classe são evidenciadas. O tamanho da fonte e a ordem das palavras refletem sua posição dentro da classe, em ordem decrescente de valor do qui-quadrado. Essa medida reflete a força da associação da palavra com a classe e é descrita pelo p-valor. Valores de $p < 0,05$ indicam significância estatística, enquanto $p < 0,001$ denota evidência extremamente significativa de clareza entre uma palavra e a classe.

Assim, o uso do CHD, aliado à abordagem teórica da interseccionalidade, revelou a presença ainda limitada de questões relacionadas aos marcadores sociais de gênero, classe e raça nos currículos analisados, destacando a necessidade de maior integração dessas temáticas na formação dos profissionais da área de saúde, conforme será discutido adiante.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este estudo analisou 1.090 ementas de componentes curriculares de 22 cursos pertencentes à área II (Ciências Biológicas e Profissões da Saúde), conforme classificação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A análise consistiu em observar e categorizar os componentes que mencionavam, de forma direta ou indireta, conteúdos relacionados aos marcadores sociais de classe, gênero, raça ou à interseção desses três aspectos (Tabela 1).

Tabela 1 - Cursos de Saúde da UFBA por campus e presença direta e/ou indireta de marcadores sociais em ementas de disciplinas obrigatórias, 2024.

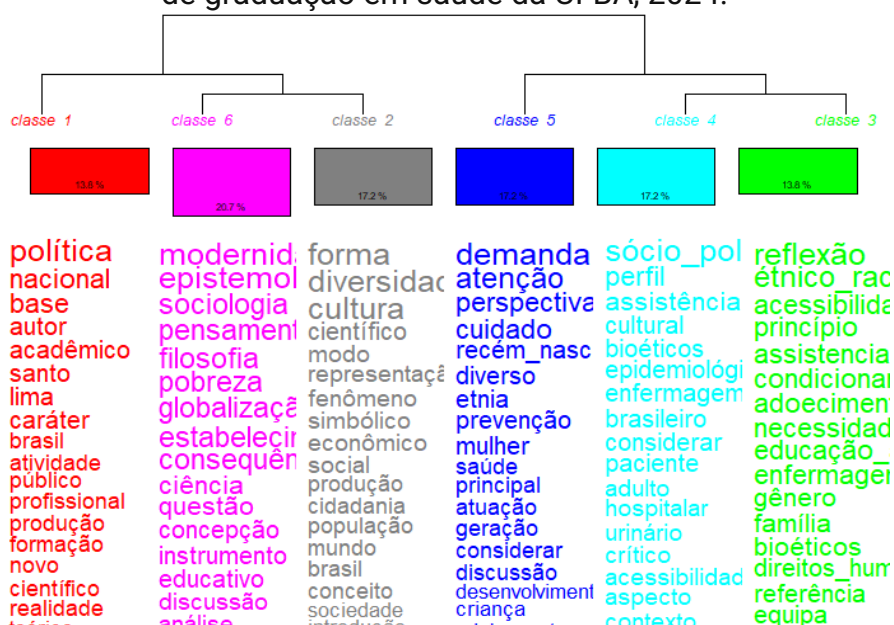
Cursos por campus/marcadores sociais	Gênero	Raça	Classe Social	Interseccionalidade
Campus Salvador				
Lic. Cien. Naturais				
Med. Veterinária				
Zootecnia				
Farmácia Diurno				
Farmácia Noturno				
Biotecnologia		x		
Enfermagem	x	x	x	X
Fisioterapia			x	
Gastronomia			x	
Ciências Biológicas Diurno			x	
Ciências Biológicas Noturno			x	
Medicina	x		x	
Nutrição	x	x	x	X
Saúde Coletiva	x	x	x	X
Fonoaudiologia			x	
Odontologia	x	x	x	X
Terapia Ocupacional	x	x	x	X
Campus Vitória da Conquista				
Ciências Biológicas	x	x	x	X
Enfermagem	x	x	x	X
Fonoaudiologia		x		
Medicina	x	x	x	X
Nutrição	x	x	x	X

Fonte: Elaborado pelos autores (as).

Notou-se que cursos como Farmácia (diurno e noturno), Licenciatura em Ciências Naturais, Medicina Veterinária e Zootecnia, todos localizados no campus de Salvador, não incluem temas relacionados aos marcadores sociais de gênero, classe e raça em suas ementas obrigatórias. Contudo, os demais cursos analisados abordam, ainda que de forma diversa, ao menos um desses marcadores em disciplinas específicas, revelando diferentes níveis de inserção e importando essas questões no âmbito da formação superior.

A análise realizada pelo IRAMUTEQ, por meio da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), demonstrou-se uma ferramenta essencial para identificar as representações dos marcadores sociais nos currículos. A partir de 37 textos que compuseram o corpus analisado, foram gerados 49 segmentos de texto (ST), dos quais 29 (78,38%) foram aproveitados na classificação hierárquica. O corpus gerou 4.567 ocorrências (palavras ou vocabulários), sendo 1.296 distintas e 627 com ocorrência única, resultando em seis classes de palavras representadas no dendrograma da Imagem 1.

Imagem 1 – Classificação hierárquica descendente do corpus textual criado a partir das ementas sobre conteúdos étnico-raciais, de gênero e de classe dos cursos de graduação em saúde da UFBA, 2024.



Fonte: Elaborado pelos autores(as) com suporte do software Iramuteq.

Na interpretação do dendrograma, é essencial compreender que as classes que se agrupam em um mesmo bloco apresentam uma maior proximidade lexical entre si. Essa proximidade sugere que os segmentos de texto dentro do mesmo bloco reúnem um vocabulário e um significado semelhante. Quanto mais próximas essas palavras estão nos ramos de um bloco, maior é a semelhança entre os termos que a compõe. Em contraste, quando uma classe se separa demais em uma partição, isso revela que os segmentos de texto que a especificamente têm uma unidade própria, gerando um sentido único, distinto dos outros segmentos. A análise do dendrograma revelou que as classes 1, 2 e 6, assim como as classes 5, 4 e 3, apresentam grande similaridade entre si. No entanto, existe uma proximidade ainda mais marcante entre as classes 2 e 6, e entre as classes 3 e 4, destacando que os conteúdos envolvidos nessas classes incluem pontos de convergência mais específicos.

Esse quadro de análise exige uma reflexão sobre os conceitos de gênero, raça e classe, elementos fundamentais para compreender as desigualdades sociais presentes no ensino superior, especialmente nos cursos da área da saúde. No caso do gênero, Lima (2018) argumenta que este não deve ser visto como uma dicotomia simplista entre masculino e feminino, mas como uma construção social complexa, que atravessa e molda as identidades individuais e coletivas. Ele destaca que as normas e expectativas sociais influenciam a maneira como os indivíduos se identificam e se posicionam na sociedade, sendo moldados por essas construções desde os primeiros estágios da vida. Sardenberg (2015) complementa essa análise ao afirmar que, nas ciências sociais, o gênero é entendido como um conjunto de características sociais atribuídas ao sexo anatômico. De acordo com essa perspectiva, homens e mulheres são produtos de um processo social que lhes atribuem papéis específicos, com base em normas que são socialmente construídas e perpetuadas ao longo da vida, moldando suas experiências e suas interações com o mundo.

No tocante à raça, Hall (1982) considera que a raça não é uma categoria biológica, mas uma construção social que reflete as relações de poder e privilégio que permeiam a sociedade. Ele argumenta que as dinâmicas raciais se manifestam de

forma concreta nas relações sociais e nas instituições, evidenciando as desigualdades estruturais que as sustentam. Munanga (2006), por sua vez, corrobora essa visão ao afirmar que a questão racial não reside nas diferenças fenotípicas em si, mas nas interpretações e significados que a sociedade atribui a essas diferenças. A raça, portanto, se torna um marcador social que perpetua a segregação e a exclusão, com impactos diretos sobre a vida dos indivíduos. A solução não está na negação dessas diferenças ou na erradicação da raça, mas na construção de uma sociedade que aceita e valoriza a pluralidade, promovendo uma convivência igualitária.

Já a classe social, conforme discutida por Bourdieu (1984), representa a posição relativa de um indivíduo ou grupo dentro da estrutura socioeconômica, determinando o acesso a recursos, oportunidades e direitos. As desigualdades de classe moldam as condições de vida, o acesso à educação, à saúde e os outros bens essenciais, configurando-se como um dos principais determinantes sociais da saúde. Essas três dimensões – gênero, raça e classe – são interligadas e influenciam profundamente as condições de saúde, as oportunidades educacionais e a inserção no mercado de trabalho.

Essa configuração reflete padrões de agrupamento que evidenciam as questões temáticas e as especificidades na abordagem dos marcadores sociais. As classes que se separam em partições iniciais apresentam maior unidade semântica, enquanto aquelas agrupadas num mesmo ramo do dendrograma apresentam uma similaridade vocabular mais ampla.

Este estudo categorizou os resultados em seis classes temáticas, cada uma representando um conjunto de abordagens e discussões identificadas nas ementas:

A classe 1 (13,8%) explora a interseção entre gênero e classe social, revela uma abordagem significativa nos cursos de Medicina em Vitória da Conquista, onde a literatura abordada apresenta uma forte consolidação entre essas desigualdades sociais e a saúde, destacando a maneira como elas impactam as condições de saúde pública. O curso se caracteriza por uma discussão direta e aprofundada sobre as desigualdades de gênero e classe, promovendo uma compreensão crítica desses

fatores no contexto da saúde ($p < 0,0237$). Em contraste, cursos como Enfermagem e Ciências Biológicas no campus Salvador apresentam uma abordagem mais indireta ($p < 0,0406$), tratando questões por meio de temáticas como bioética e saúde coletiva, o que sugere uma incorporação mais sutil dos marcadores sociais no currículo.

A classe 2 (17,2%) enfoca o estrato social e a raça na diversidade cultural, analisando como essas questões influenciam a saúde e a cidadania. Os Cursos de Biotecnologia e Fisioterapia no campus Salvador demonstram uma clareza mais explícita com essa temática ($p < 0,0257$), refletindo uma abordagem curricular que aborda de forma crítica as desigualdades sociais e raciais. Por outro lado, o curso de Nutrição em Vitória da Conquista trata esses temas de maneira mais indireta ($p < 0,00928$), integrando-os a uma discussão mais ampla sobre saúde coletiva e práticas nutricionais, sem uma ênfase explícita nas questões raciais e de aula.

Na classe 3 (13,8%), as ementas discutem as relações étnico-raciais e de gênero, com foco na saúde e nos direitos humanos. O curso de Enfermagem em Vitória da Conquista se destaca por sua abordagem abrangente e direta ($p < 0,0109$), tratando da interseção desses marcadores sociais com uma perspectiva que inclui a saúde ambiental e a promoção dos direitos humanos. A predominância de uma abordagem direta ($p < 0,0991$) indica que o curso oferece aos estudantes uma formação que vai além do técnico, incentivando uma reflexão aos futuros profissionais de saúde sobre os determinantes sociais da saúde e sua relação com os direitos humanos.

Classe 4 (17,2%) aborda a influência de gênero e raça nos serviços de saúde, especialmente no acesso e na organização do atendimento. O curso de Enfermagem em Vitória da Conquista se destaca novamente, com uma ênfase específica nos aspectos de gênero e raça ($p < 0,0374$), refletindo uma prática pedagógica que integra esses temas de maneira explícita no currículo. Essa abordagem reforça a importância de compreender como esses fatores influenciam as experiências de cuidado e a prestação de serviços de saúde, essenciais para a formação de profissionais sensibilizados para as desigualdades presentes na sociedade.

Já a classe 5 (17,2%) as ementas analisam as intersecções entre raças e gênero no contexto das demandas em saúde, cuidados ao longo da vida e estratégias de prevenção de doenças. O curso de Enfermagem no campus Salvador se destaca por uma abordagem direta dos três marcadores sociais ($p < 0,0175$), diminuindo uma associação significativa com essa perspectiva. Isso mostra que o currículo desse curso integra de maneira explícita as questões de raça e gênero nas discussões sobre saúde e prevenção, refletindo um compromisso com a formação de profissionais capacitados para entender e abordar as complexidades das demandas de saúde influenciadas por esses fatores sociais.

Por fim, a classe 6 (20,7%) examina as intersecções entre os marcadores sociais de gênero, classe e raça no contexto de questões mais amplas como modernidade, globalização, pobreza e epistemologia. Cursos como Ciências Biológicas, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional, especialmente no campus Salvador, exploram de forma abrangente essas questões, integrando discussão sobre cidadania e políticas públicas, com um foco crítico nas desigualdades sociais e suas implicações para a saúde ($p < 0,0038$; $p < 0,0463$). A disciplina "Introdução à Sociologia I" ($p < 0,0041$) é um exemplo de como os cursos da área de saúde buscam integrar os marcadores sociais nos debates sobre os desafios contemporâneos, preparando os estudantes para entender as complexas dinâmicas sociais que afetam as questões mais vulneráveis.

A partir dos dados discutidos acima, a análise revela em geral a ausência da abordagem de temas interseccionais, especialmente relacionados a gênero, raça e classe. Esses marcadores sociais são abordados de forma direta ou indireta em apenas 37 disciplinas, o que compromete a formação integral dos futuros profissionais de saúde.

Cabe salientar que a ausência de uma análise interseccional nas partes dificulta a compreensão das desigualdades estruturais que impactam o acesso à saúde e a prática clínica, limitando a capacidade desses profissionais de atender à diversidade social. Uma vez que, a interseccionalidade, cunhado por Crenshaw (1989) e ampliado por Collins (2021), é importante para revelar como os diferentes

marcadores sociais se reúnem e geram experiências únicas de opressão e preferência. Assim, a interseccionalidade, ao captar essas interações complexas, ajuda a formar profissionais capacitados para compreender e atender melhor às demandas de grupos marginalizados, sendo fundamental para a construção de uma prática de saúde mais inclusiva e equitativa.

A análise das ementas foi organizada em seis classes temáticas, que abordam as interseções entre gênero, classe e raça no contexto da formação em saúde. A primeira, "Intersecção entre Gênero e Classe", explora como as desigualdades econômicas e de gênero se entrelaçam e afetam as condições de vida e o acesso à saúde. Marx e Engels (1978) já apontavam que as estruturas econômicas não apenas determinavam as condições materiais de vida, mas também moldavam as condições de saúde das populações. A sobreposição das opressões de classe e gênero, discutidas em cursos como Biotecnologia e Fisioterapia, revela uma maior vulnerabilidade de determinada população, como as mulheres em situação de pobreza.

A segunda classe, "Estrato Social e Raça na Diversidade Cultural", aborda a questão racial, que, embora tratada em cursos como Biotecnologia e Fisioterapia, ainda é considerada de forma superficial (indireta). Esse tratamento limita a compreensão das complexas dinâmicas raciais e suas implicações para a saúde. Munanga (2004) observa que no Brasil as desigualdades raciais têm raízes profundas na história colonial e escravocrata do país, o que implica a necessidade de uma formação que leve em consideração essas desigualdades, a fim de garantir uma prática de saúde sensível às especificidades raciais e culturais.

Na terceira classe, "Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos", discutida no curso de Enfermagem de Vitória da Conquista, observa-se a importância da justiça social e dos direitos humanos como elementos essenciais para uma prática equitativa. Collins (2022) defende que para garantir uma abordagem justa e inclusiva a saúde deve ser entendida como um direito fundamental, independentemente da origem racial ou social do indivíduo. No entanto, as limitações dessa discussão a

poucas disciplinas impedem que a formação dos alunos da UFBA se torne realmente abrangente.

A quinta classe, "Raça e Gênero nas Estratégias de Prevenção", aponta a importância de incluir as questões de gênero e raça nas estratégias de prevenção em saúde, abordadas nos cursos de Enfermagem e Ciências Biológicas. Collins e Bilge (2022) argumentam que as políticas de saúde devem ser estruturadas de maneira a levar em conta a sobreposição de opressões, de modo a atender às necessidades específicas de cada grupo marginalizado.

A sexta classe, "Globalização, Pobreza e Epistemologia", aborda como a globalização e as desigualdades econômicas impactam as condições de saúde. Embora cursos como Terapia Ocupacional e Ciências Biológicas explorem essa relação, os textos compostos nos componentes curriculares ainda são superficiais, tratando marginalmente os efeitos da globalização capitalista, que agravam as disparidades sociais e precarizam as condições de vida das populações mais pobres. Marx e Engels (1978) ressaltam que a desigualdade na distribuição de recursos, característica das sociedades capitalistas, afeta diretamente a saúde das populações mais vulneráveis, tornando-as mais suscetíveis a doenças e agravando suas condições de vida.

Nesse contexto, teorias críticas, como o marxismo e o feminismo, oferecem uma base teórica importante para entender as questões relacionadas ao gênero e à classe, além de fornecerem as ferramentas para a análise das relações de poder e das desigualdades sociais que moldam o campo da saúde. A interseccionalidade, conceito cunhado por Crenshaw (1989), amplia esse entendimento ao destacar como as diversas identidades sociais, como raça, classe e gênero, interagem e se entrelaçam, afetando de maneira específica as experiências de saúde de indivíduos e grupos. Ao integrar essas múltiplas camadas da desigualdade, a interseccionalidade torna-se um instrumento fundamental para os profissionais de saúde, capacitando-os a identificar e a enfrentar as disparidades no acesso e nos resultados de saúde, ao mesmo tempo em que desafia a ideia de uma abordagem universal e transparente da saúde.

A aplicação de metodologias diversificadas, como a etnografia e a análise crítica, é essencial para aprofundar a compreensão das experiências sociais e para capacitar os profissionais a lidarem com as complexidades das realidades vividas pelas populações atendidas. Essas metodologias, ao possibilitarem um olhar mais atento às dinâmicas locais e às interações sociais, fornecem uma abordagem mais rica e contextualizada, permitindo que os profissionais de saúde se identifiquem não apenas como causas mais evidentes das desigualdades, mas também como dinâmicas subjacentes que perpetuam essas disparidades (COLLINS, 2022).

Dessa forma, a educação, ao desempenhar um papel central na perpetuação ou transformação das estruturas de poder existentes, deve incluir em seus currículos conteúdos que abordem as questões de gênero, raça e classe de forma crítica e interseccional. A formação acadêmica deve ser um espaço onde os futuros profissionais não apenas aprendam as técnicas e conhecimentos da prática clínica, mas também se tornem conscientes das estruturas sociais que moldam o acesso à saúde. Para tanto é necessário que os currículos acadêmicos ofereçam uma visão mais ampliada das relações sociais e das desigualdades estruturais preparando os alunos para enfrentar as demandas da prática clínica contemporânea com uma abordagem que leve em conta as especificidades de cada grupo, especialmente os mais vulneráveis (CRENSHAW, 1989; COLLINS; BILGE, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das ementas dos cursos de saúde da UFBA revela que a formação em saúde na UFBA é insuficiente para formar profissionais capazes de lidar com as desigualdades interseccionais que permeiam o contexto brasileiro. A formação de profissionais de saúde que não considere esses determinantes sociais limita a capacidade desses profissionais em responder às necessidades da população e em promover ações de saúde verdadeiramente inclusivas. É fundamental, portanto, que a formação profissional deva estar alinhada com a solidificação de um sistema de saúde mais acolhedor e com profissionais capazes de reconhecer e enfrentar as

desigualdades estruturais que determinam o acesso e os resultados de saúde das populações.

Reformas curriculares que integrem a perspectiva interseccional e promovam uma formação crítica deveriam ser fundamentais para a formação na UFBA. As limitações deste estudo estão relacionadas à escolha metodológica adotada, já que a pesquisa foi eminentemente documental. É necessário ouvir os docentes dessas disciplinas analisadas para uma compreensão mais ampliada e qualitativa das barreiras e avanços na discussão dos marcadores sociais em sala de aula. A reforma curricular que contemple a inclusão desses conteúdos poderá contribuir numa formação crítica dos futuros profissionais de saúde de modo que compreendam melhor as dinâmicas de opressão e privilégio que moldam as condições de vida e saúde no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 12.228, de 13 de abril de 2010**. Institui como função do Poder Executivo Federal o incentivo às instituições de ensino superior a incorporar temas como pluralidade étnica e cultural da sociedade brasileira nos currículos dos cursos de educação superior. Diário Oficial da União, 14 abr. 2010. Seção 1, p. 1.

BOURDIEU, Pierre. *Distinção: Uma Crítica Social do Julgamento do Gosto*. **Routledge**, 1984.

CAMARGO, BV; JUSTO, AM IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 2, pág. 513–518, 2013.

COLLINS, Patrícia Hill. *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. São Paulo: **Boitempo Editorial**, 2022.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: **Boitempo Editorial**, 2021.

CRENSHAW, Kimberle. *Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, teoria feminista e política antirracista*. **Fórum Jurídico da Universidade de Chicago: feminismo na lei - teoria, prática e crítica**, Chicago, p. 139-167, 1989.

CRENSHAW, Kimberle. Mapeando as margens: interseccionalidade, política de identidade e violência contra mulheres de cor. **Stanford Law Review**, Califórnia, n. 6, pág. 1241-1299, 1991.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relacionados ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, pág. 171-188, 2002.

GALVÃO, ALM et al. Determinantes estruturais da saúde, raça, gênero e classe social: uma revisão de escopo. **Saúde e Sociedade**, v. 2, pág. e200743, 2021.

HALL, Robert. A importância dos empregos vitalícios na economia dos EUA. **American Economic Review**, setembro de 1982.

GANCHOS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: **WMF Martins Fontes**, 2017.

KRIPKA, RML; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características em Pesquisa Qualitativa. **Investigação Qualitativa em Educação**, v. 243-247, 2015.

LIMA, Fátima. Raça, interseccionalidade e violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 2, pág. 66, 12 jun. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/cgd.v4i2.26646>. Acesso em: 5 dez. 2024.

MARX, Carlos; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã [I – Feuerbach]. São Paulo: **Editorial Grijaldo**, 1977.

MARX, Carlos; ENGELS, Friedrich. Crítica da educação e do ensino. Introdução e notas de Roger Dangeville. Lisboa: **Moraes Editores**, 1978.

MINAYO, C. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. **Vozes**, 2001.

MOTA, JC; VERAS, RM Eixo ético-humanístico da Faculdade de Medicina da Bahia: percepção dos estudantes. **Revista Bioética**, v. 2, pág. 319-331, 2020.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre "raça", ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, pág. 46-57, 2006. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i68p46-57>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13482>. Acesso em: 5 dez. 2024.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem das noções conceituais de raça, racismo, identidade e etnia. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira.

Tradução. Niterói: **EDUFF**, 2004. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoessDeRacaRacismoidentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 14 nov. 2024.

OLIVEIRA DE SOUSA, Amanda; PEQUENO DOS SANTOS, Jahyra Helena. Ações afirmativas de gênero na política brasileira: interfaces entre reconhecimento, redistribuição e representação política. **Cadernos UniFOA**, v. 46, 2021. DOI: 10.47385/cadunifoa.v16.n46.3530. Disponível em: <https://revistas.unifoa.edu.br/cadernos/article/view/3530>. Acesso em: 14 nov. 2024.

PIMENTEL, Antonio. O método de análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, v. 114, p. 179–195, 2001. DOI: 10.1590/s0100-15742001000300008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder: eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: **Clacso**, 2005.

SARDENBERG, Cecília. Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. Mediações - **Revista de Ciências Sociais**, Universidade Estadual de Londrina – UEL, Paraná, v. 56-96, 2015.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do ensino remoto. **Universidade e Sociedade**, ano XXXI, n. 67, jan. 2021.

SOUSA, AS; OLIVEIRA, G.S.; ALVES, LH Uma pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos FUCAMP**, v. 43, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>.

Recebido em: 20/11/2024 | **Aceito em:** 23/12/2024 | **Publicado em:** 31/12/2024